

Natureza da Crise

Depois da tomada de depoimentos pela Comissão de Ética, a semana parlamentar se encerrou deixando a descoberto que esta não é mais uma crise política restrita ao Senado mas legando apreensão desde que a questão tomou dimensão institucional. Não são apenas três senadores que, por motivos diferentes, estão na berlinda à espera da sentença dos seus pares. A opinião pública se faz presente mediante mobilização social. Seu peso pode ser sentido no desconforto geral com os fatos em apuração.

A grande diferença deste episódio em relação aos anteriores é a presença da opinião pública eriçada pela onda de escândalos que fogem completamente ao controle da hierarquia parlamentar, nela incluídas as lideranças dos partidos. Uma parcela ponderável da representação política, sem excluir a Câmara, mantém-se na posição de atenta observadora e procura captar as inclinações dos cidadãos num ano que precede as eleições de 2002, quando as representações federal e estaduais serão renovadas à luz de outras avaliações.

Deputados e senadores não encontram onde se refugiar da crítica que emana da sociedade e não aceita mais as formas evasivas que fazem parte dos costumes políticos. A partir da eleição da Câmara e do Senado, num encaminhamento atropelado das candidaturas a presidente das duas Casas legislativas, desenhou-se o contorno de um fenômeno relacionado com a equação eleitoral para 2002 mas ao arrepio dos entendimentos corporativos tradicionais. Quebrou-se alguma coisa de sagrado no ritual da eleição das mesas diretoras, com reflexos nas alianças que compõem a maioria parlamentar – que dá sustentação ao governo Fernando Henrique – e nos que se consideram parte de uma oposição heterogênea.

A consequência maior foi o distanciamento tomado pelo PFL em relação ao Planalto. O seu lugar de confiança, com peso nas votações da Câmara e do Senado, foi ocupado pelo PMDB. A alteração foi maior do que o aliado histórico do governo poderia agüentar, pois as consequências abalaram a própria estrutura ministerial. No Senado, a candidatura do senador Jader Barbalho a presidente foi tomada como afronta política pelo presidente que sairia. O choque de divergências insuperáveis entre o PFL e o PMDB transferiu-se por inteiro para a sucessão no Senado.

Dentro do problema da maioria parlamentar, de geometria variável e vulnerável, o encaminhamento da candidatura Jader Barbalho pelo PMDB (com apoio do PSDB) não demorou a adquirir aspectos pessoais pela natureza explosiva de Antônio Carlos Magalhães e pela maneira acintosa com que Barbalho injetou arrogância na vitória. A troca de denúncias entre o presidente que entrava e o que saía, pela aspereza das acusações, chamou a atenção dos cidadãos e teve efeito paralisante no próprio funcionamento do Senado, com reflexos na rotina da Câmara.

Com tais antecedentes, o vazamento de suspeita retroativa à cassação do mandato do ex-senador de Luiz Estevão, por ofensa ao decoro parlamentar, trouxe ao conhecimento público um episódio que iria se sobrepor rapidamente aos demais aspectos e funcionar como o combustível de uma crise que chega às raias de questão institucional: a revelação da lista de votação eletrônica da cassação de Luiz Estevão criou um episódio dotado de dinâmica incontro-

lável. O senador Antônio Carlos fez alusão a votos que não podiam ser do conhecimento de ninguém, dado o sigilo que os reveste. A partir daí, acelerou-se a tensão política de natureza institucional, pois nada tinha mais a ver com as contradições e divergências políticas.

Assim, o foco na cassação do mandato do senador Jader Barbalho, protegido pelo cargo de presidente do Senado mas vulnerável pelas revelações do inquérito administrativo da Sudam, foi sendo retirado do debate. Em seu lugar, o eixo passou a ser a quebra do sigilo da votação eletrônica do Senado. Depois de confirmada pela Unicamp a violação do painel eletrônico, a tensão precipitou o contorno de crise institucional, e passou a ser prioridade a credibilidade do próprio Senado. Os últimos dias municiaram as opiniões dos cidadãos e os debates que reúnem mais unanimidade do que divergência: a sociedade não esconde o seu profundo desagrado com um padrão político inaceitável. Democracia não implica tolerância com atos de desrespeito tanto à ética do exercício do mandato quanto à opinião pública na qual a nação se reconhece.

Está explícito o desejo da perda do mandato dos que foram apanhados em suspeita de práticas atentatórias à credibilidade do regime democrático. O senador José Roberto Arruda, depois de um dramático discurso em que foi todo indignação, voltou à tribuna para confessar o ato desabonador da conduta indigna: isentou o ex-presidente do Senado da responsabilidade de fazê-lo intermediário da violação dos sistema de votação, mas foi ambíguo e contraditório. A questão evoluiu, em consequência, para a omissão de responsabilidade de Antônio Carlos, por não ter denunciado o ex-líder do governo e aberto o processo de cassação.

A esta altura não há mais nada a fazer senão acelerar a apuração e encerrar o episódio com uma decisão capaz de salvar pelo menos a reputação do Congresso. É evidente que o arranhão na respeitabilidade do Senado não deixará incólume a Câmara. Os políticos estão todos sob suspeita. E o descrédito respinga também no Executivo. Não se trata, porém, de episódio a ser equacionado nos termos antidemocráticos do passado que deixaram um débito histórico, mas de dar satisfações aos brasileiros. Mas satisfações efetivas. Reparação moral. É impossível ao cidadão que paga impostos admitir que o senador Arruda só venha a desencarnar do mandato por via de renúncia. Ou que o senador Jader Barbalho apague por resfriamento o escândalo em que sua sombra aparece com nitidez, quando sobre ele também incide a figura da perda do mandato. Também o senador Antônio Carlos Magalhães não poderá livrar-se da igualdade de risco de perda do mandato, pois se tornou o personagem permanente da tensão no Senado.

A expectativa de punição rigorosa das transgressões cometidas sob a proteção do mandato não pode ser frustrada pela demora e esfriamento, para culminar numa demonstração desmoralizante de cumplicidade corporativa. A sociedade não quer sangue mas faz questão de senso ético como pontuação da conduta parlamentar e da responsabilidade política. Os eleitos representam quem exige dignidade e respeito no exercício do mandato, e têm direito pelo menos à reparação política: a perda do mandato é a mais alta punição pela perda da confiança.